

CAMPOS DE VIDA EM TERRAS PULVERIZADAS IMAGENS DE TRANSFORMAÇÕES NA EXPERIÊNCIA SOCIAL DE TRABALHADORES E PROPRIETÁRIOS RURAIS OESTE DO PARANÁ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX¹

Carlos Meneses de Sousa Santos²
Sheille Soares de Freitas³

Resumo: Neste trabalho, discutimos o modo como a visualização de alterações da vida no campo ganha contornos dramáticos no que diz respeito à desestruturação ambiental, provocada, em grande medida, pela utilização de agrotóxicos em larga escala. Consideramos que no decorrer da segunda metade do século XX, quando determinadas mudanças se materializaram em transformações, fortemente questionáveis na paisagem rural da porção Oeste do Paraná, as narrativas apresentadas na Rádio Difusora do Paraná em associação com outras fontes – matérias de jornal impresso, entrevistas, índices estatísticos e etc. –, indicaram ambiguidades e contradições do que foi nomeado como 'modernização rural'. Assim, tratamos essa problemática por meio das objeções que lhes foram infligidas, sobre as quais enfatizamos a condição de desigualdade vivida entre proprietários e trabalhadores rurais, apesar de reconhecermos que esses sujeitos, muitas vezes, tenham compartilhado (em posições distintas) um mesmo terreno de relações.

Palavras-chave: agrotóxicos; transformações no campo; proprietários; trabalhares rurais.

FIELDS OF LIFE ON LAND SPRAYED IMAGES TRANSFORMATIONS IN THE SOCIAL EXPERIENCE OF WORKERS AND LANDOWNERS WEST OF PARANÁ IN THE SECOND HALF OF THE TWENTIETH CENTURY

Abstract: In this paper, we discuss how to visualize the changes of country life gets dramatic contours with respect to environmental disruption caused, largely, by the use of agrotoxics on a large scale. We believe that during the second half of the twentieth century, when certain changes in the countryside of West Paraná portion themselves materialized in strongly questionable changes, the narratives presented in the Radio Difusora of Paraná in combination with other sources– newspaper reports printed, interviews, statistical indices and so on – indicated the ambiguities and contradictions of what was named as "rural modernization".

¹ Este artigo é resultado das pesquisas desenvolvidas para a 3ª Edição do Projeto de Extensão (PROEX/UNIOESTE), intitulado "Em Evidências: produção e uso de fontes no ensino de história", organizado e produzido pelos autores. O projeto é direcionado a alunos de graduação e pós-graduação assim como a professores vinculados à rede estadual de educação do Paraná.

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Pesquisador vinculado ao Núcleo de Pesquisas e Estudos em História, Cidade e Trabalho (UFU). E-mail para contato: menesesufu@yahoo.com.br.

³ Professora do Colegiado de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Campus de Marechal Cândido Rondon. Pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa em História Social do Trabalho e da Cidade (UNIOESTE) e ao Núcleo de Pesquisas e Estudos em História, Cidade e Trabalho (UFU). E-mail para contato: sfsheille@gmail.com.

Thus, we treat this problem by means of the objections that have been heaped upon them, upon which emphasize the condition of inequality experienced between owners and farm workers, although we recognize that these individuals, sometimes, have shared (in different positions) the same field of relations.

Keywords: agrotóxicos; mudanças no campo; e os pequenos produtores rurais.

A visualização de transformações ambientais no campo, advindas de alterações no universo da produção rural, foi algo recorrente na porção Oeste do Paraná a partir do final da década de 1960. As imagens dessas modificações foram, por vezes, emblemáticas, pois quando a água passou a exalar o odor característico do veneno e o cultivo de alimentos se tornou um risco à vida, os arautos ufanistas da 'modernização no campo' não conseguiram simplesmente ignorar a existência de suas mazelas, reveladoras da cruza de sua forma avassaladora de inserir-se como prática – alterando modos de produzir e consumir, mas, também, de colocar em risco a vida daqueles que conviviam com essas 'inovações'.

De outro modo, o que dizer sobre a visão irradiada a respeito do que ocorria em Santa Helena, no início do ano de 1979 – portanto, transcorrido um período de pouco mais de uma década após o início da adoção (mais intensiva) das novas práticas de produção no campo?

Os rios Felicidade, Morenã e São Francisco estão exalando cheiro de veneno [...] Além da dizimação total da fauna aquática daqueles rios, algumas cabeças de gado morreram após ingerirem aquela água. Outras mortes foram evitadas porque os criadores perceberam o envenenamento e retiraram os animais das proximidades dos rios. A Câmara Municipal de Santa Helena, em conjunto com a Prefeitura Municipal, estão apelando aos agricultores para que tomem as mais rígidas medidas de precaução, porque a situação se apresenta insustentável e em vias de uma calamidade pública. Milhares de peixes encontram-se boiando naquelas três correntes de água, não havendo mais vida [...] em razão do alarmante estado poluidor dos três rios (RÁDIO DIFUSORA, 08.01.79).

Como se observa neste comunicado, formulado pela Rádio Difusora do Paraná – sediada em Marechal Cândido Rondon –, a constatação desse cenário (ligado à adoção dos novos manejos no âmbito da produção rural) não desconsiderava a efetivação de um estado que indicava a insustentabilidade, calamidade e/ou alarme sobre as condições adversas que proliferavam. Ademais, os meios pelos quais as circunstâncias mais impactantes se irrompiam, diante de olhares admirados, insinuavam catástrofes eminentes, as quais se tornavam cada vez mais recorrentes e/ou prováveis.

Assim, as cenas que expressavam essas alterações indesejadas eram fortemente desoladoras. A vivacidade da destruição do que parecia naturalmente consolidado em suas vidas (tais como os rios), suscitava desentendimentos sobre as consequências que já se manifestavam, tanto quanto pelas que eram conjecturadas.

Mas, para além dos contornos definidos na descrição apresentada, é preciso reconhecer que mesmo as imagens do indesejado não são assim propaladas sem o devido reconhecimento das posições de seus emissores, estas são definidas conforme a constituição das polêmicas que marcaram a dinâmica de tensão social que as fizeram emergir.

Essa observação leva em conta as especificidades do material delimitado para a investigação proposta, uma vez que a pauta em questão é depreendida de registros de jornais radiofônicos. Documentação que evidencia, em sua própria produção, as contradições e ambiguidades que envolvem essa temática, pois não aponta apenas objeções aos usos desmedidos de agrotóxicos (estes inerentes aos cultivos mecanizados), mas também (e fundamentalmente) atuaram e atuam na promoção desses cultivos, com anúncios de 'defensivos agrícolas' como auxiliares na produção rural. Circunstâncias perceptíveis desde as primeiras lavouras, nos anos que precediam a década de 1970.

Sobre essas percepções, Schlosser, discutindo “a modernização agrícola no Extremo Oeste paranaense” – a partir da “análise dos discursos produzidos na Rádio Difusora do Paraná” –, atribuiu um papel determinante às atuações desse meio de comunicação (SCHLOSSER, 2001). Segundo a autora, “o rádio foi o caminho utilizado para informar e repetir determinados valores aos agricultores, incitando o desejo de mudanças que permitiu a promoção das novas ideias e a incorporação das novas técnicas no campo” (IBIDEM, p. 14). Assim, sugeriu que “a estrutura jornalística, representada pelo discurso noticioso, cria e recria no ouvinte as circunstâncias apropriadas para o consumo e a aplicabilidade da mensagem” (IBIIDEM, p. 21).

Schlosser se mostrou atenta às estratégias ardilosas dos “discursos”, evidenciando o modo como as “mensagens” buscavam identificar-se com as questões afeitas aos agricultores, uma maneira de aproximar-se desses sujeitos. Porém, fez da pretensão formulada na inserção radiofônica uma proposta eficaz e correspondente à “incorporação”, “consumo” e “aplicabilidade da mensagem”.

Entretanto, desconfiamos que essa equação não fosse tão exata assim, exigindo uma atenção maior sobre o modo como os “ouvintes” perceberam e atuaram na composição dessas anúncios, excedendo o papel da mera aquiescência e passividade diante das mensagens

que lhes foram destinadas. Um cuidado necessário ao olharmos para a maneira como os sujeitos se relacionam com a imprensa, inclusive, a contragosto dos interesses presentes nas produções jornalísticas (FREITAS, 2009).

Com essa preocupação, procuramos identificar nestes materiais o campo de relações expresso em sua própria elaboração, recolocando-o no terreno relacional de onde emergiu; destacando o modo como as proposições dos sujeitos envolvidos tomaram parte neste universo de notícias e promoção de interesses. Algo que não exclui a presença interpelativa, mesmo que assimétrica, de pequenos proprietários e trabalhadores rurais, ao contrário, esse modo de olhar a questão busca afastar-se de visões pouco afeitas à dinâmica conflitiva que essas evidências permitem explorar.

No que diz respeito às imagens das transformações ambientais no campo, suscitadas pela ativa aplicação de agrotóxicos, esse conjunto de evidências sugeriu que as relações de tensão não foram detonadas alheias às práticas desses sujeitos e movidas por uma preocupação com a “destruição da natureza”; mas sim, porque a água (utilizada para tratar o gado, suínos e abastecer suas próprias residências) estava sendo contaminada, ora por ações do proprietário rural vizinho, ora por suas próprias práticas ao aderir às novas técnicas de limpeza e conservação das lavouras, as quais pareciam mais promissoras em relação aos custos de cultivo e a produtividade das plantações (MARINHO et al., 2011).

Uma adesão que não ocorre sem a avaliação desse projeto anunciado como de sucesso. Algo que vinculado às propagandas e visitas técnicas apresenta os rendimentos no campo diretamente proporcionais à intensidade de uso de fertilizantes, herbicidas, fungicidas etc. Portanto, uma dinâmica de produção no campo fomentada perante a utilização de implementos químicos.

Esse enredo pautou abusos e muitas acusações entre proprietários rurais – fossem eles pequenos, médios ou grandes produtores; tal como pode ser observado na seguinte “denúncia”, formulada pelo mesmo programa jornalístico anteriormente mencionado – o Frente Ampla de Notícias:

Foi denunciada ontem à tarde uma ação pouco cautelosa na propriedade do Sr. Statkewski, junto ao [rio] São Francisco, no interior do distrito de Margarida [município de Marechal Cândido Rondon]. Por utilização desleixada do equipamento de manejo no uso de inseticidas, principalmente por ocasião da sucção de água para mistura ideal, proporcional para utilização em lavouras de soja, poluiu a nascente de água nessa propriedade, que veio a contaminar o açude nas terras do Sr. Antônio, matando os peixes que ali tinham seu viveiro. Constatou-se a morte de carpas de até um quilo e meio, dizimando a fauna aquática daquele açude que é alimentado pela

nascente poluída. Por outro lado, ameaça o açude de outra propriedade situada mais abaixo, do Sr. Oscar. Paralelamente ao perigo ali existente, de extinção dos peixes, sabe-se que a Fazenda possui aproximadamente 600 cabeças de gado bovino, que ali tem seu bebedouro, bem como, ameaçam 17 cabeças de gado e suínos na propriedade do Sr. Antônio, que os têm sob guarda e que são de outro vizinho. Segundo o delegado, é grande o número de denúncias sobre poluição de rios, riachos, açudes e olhos d'água, numa atitude marginalizante [...] Muitos não tomam as precauções necessárias e praticam crime contra a natureza. (RÁDIO DIFUSORA, 23.12.76).

Nesses termos, as expectativas de ganhos tinham que lidar com tais “inconvenientes”, inegavelmente associados às novas técnicas de cultivo no campo. Dito de outra forma, o problema enfrentado era a própria solução ambicionada, esta sustentada como recurso para melhores rendimentos com a lavoura. Situações anunciadas também nos trabalhos acadêmicos, sugerindo que o recurso necessário às reconfigurações propostas para a dinâmica de produção trazia riscos àqueles que viviam e trabalhavam no campo (FERREIRA et al., 2006; SCHMIDT e GODINHO, 2006).

Então, a Rádio Difusora do Paraná, nomeando-se (tanto quanto fora nomeada) intermediária dos denunciante que a procuravam, narrava os desastres, ao mesmo tempo em que atuava com a pretensão de prescrever a solução recomendável, amenizando os problemas com os projetos de mecanização e expansão no uso de agrotóxicos, qual seja, apela-se “aos agricultores para que tomem as mais rígidas medidas de precaução”; portanto, que fossem cautelosos e menos desleixados.

Quando se toma o problema a partir desse mote, atribuindo uma condição comum à noção de agricultor, acena-se para o entendimento de que o “agricultor denunciante” pode apresentar pouca distinção do “agricultor denunciado”, sugerindo que as “vítimas circunstanciais” podem ser ocasionalmente, os próprios “algozes”, igualmente circunstanciais.

Portanto a repreenda com essa formulação não supunha uma condenação mais abrangente do que ela mesma indicava, ou seja, pautem-se (todos) pela cautela e precaução, reconheçam o perigo presente no uso de agrotóxicos, mas não desconsiderem os aspectos 'positivos e vantajosos' que envolvem a 'modernização rural'.

As legislações que versaram sobre essa questão em décadas anteriores a de 1980, pouco auxiliaram no manuseio desses produtos de modo a evitar a intensificação dos males provenientes das pulverizações e aplicações manuais desses químicos. Desse modo, a falta desse limite regulador da comercialização e manuseio dos químicos contribuiu para a expansão do campo de possibilidade de envenenamento quando da descoberta dos riscos e

cuidados necessários ao manter a presença dessas substâncias no trabalho, nas propriedades e residências, ou mesmo na agonia diante da recorrente notícia de contaminação de animais, rios, alimentos e pessoas.

Ao final da década de 1980, quando muitas tragédias como as evidenciadas neste trabalho já haviam se acumulado pelo território brasileiro, certa produção legal para a regulação do uso dos agrotóxicos é formulada, rompendo com o uso apenas de portarias ministeriais. Essa discussão, ainda assim, traz em seu bojo um campo de forças mais amplo, envolvendo, sobremaneira, interesses empresariais e do mercado agroindustrial para a permissão alargada desses químicos e ampla rede de isenções fiscais (LONDRES, 2011: 18). O que influencia diretamente na listagem peculiar de agrotóxicos que se fazem presentes no meio rural brasileiro até a atualidade, caracterizando esse controle como uma legislação complacente, extremamente permissiva e, muitas vezes, ineficaz (PELAEZ et al., 2010; MARINHO, 2010).

Essa composição não nos soa incomum no início do século XXI, como apresenta Cosmann e Drunkler (2012), ao indicarem a intensa presença de agrotóxicos nas práticas agrícolas recentes no Oeste do Paraná. Mas ela pode ter sua emergência identificada ao destacarmos a seguinte elaboração, registrada logo nos primeiros anos da década de 1970, referente às modificações ambientais que já eram apontadas, naquele momento, em Marechal Cândido Rondon,

um município que se distingue pelas suas grandes e boas aguadas, que ajudam no clima e influem positivamente no regime pluviométrico e de outro lado no setor de produção no campo agrícola. Acontece, porém que, com a mecanização agrícola, o aumento estrondoso na produção fez aumentar o poder aquisitivo que de uma forma propiciou o vantajamento de um trabalho melhorado, fazendo com que o dispêndio de ocupação de pessoal fosse reduzido com o modernismo da técnica agrícola, com maquinários e implementos. Acontece que o lado negativo começa a aparecer, pois alguns menos entendidos ou sem se conscientizar daquilo que esteja fazendo, vem usando das águas de riachos para lavar pulverizadores e equipamentos usados na distribuição de venenos e inseticidas. O fato chegado ao nosso conhecimento será encaminhado às autoridades competentes para que evitem o abuso. (RÁDIO DIFUSORA, 31.01.73)

Com esses contornos, forjava-se uma narrativa empenhada em enquadrar a desestruturação ambiental como resultado de “abusos”. Esses “abusos” apareciam descritos como atitudes “marginalizantes”, onde o “grande número de denúncias sobre poluição de rios, riachos, açudes e olhos d’água” era apontado como “crime contra natureza”.

Uma elaboração que buscava orientar as percepções sobre as transformações engendradas pelo novo modo de produção no campo, propondo uma visão bipolar, referenciada em uma cisão tipológica que se estabeleceria como recorrente. Essa indicação propõe distanciar os males ambientais dos benefícios materiais e, também, dos riscos aos sujeitos envolvidos nesse processo. Essas formulações são perceptíveis nas visões divulgadas nessa imprensa sobre as alterações das relações de produção no campo.

Esse encaminhamento sugeria a divisão entre: *a) meio social*, definido pela “mecanização agrícola” e seu aumento estrondoso na produção, portanto caracterizado pelo “vantajamento de um trabalho melhorado”; e *b) meio ambiente*, acometido pelo “lado negativo” do ponto anterior, fruto das ações empreendidas por “alguns menos entendidos ou sem se conscientizar daquilo que esteja fazendo”, como indicado na citação anterior.

Este segundo elemento deveria, portanto, ser tratado como uma espécie de excrescência a ser combatida por todos, inclusive pelos que tiveram seu “poder aquisitivo” aumentado devido à exploração dessa atividade – decorrência da redução do dispêndio com o pessoal empregado nas lavouras e o aumento, inversamente proporcional, da ocupação de maquinários e implementos, incluindo seu prodigioso dispersor de agrotóxicos.

Mergulhada em suas próprias contradições, essa proposta guardava, e ainda hoje guarda, seus ares de disjunção de análises que não se fazem apartadas, tendo em vista que se via pressionada a apresentar, em suas plataformas de comunicação, as constantes denúncias que lhes era endereçada, ao mesmo tempo adequava esse conteúdo vivido, desvinculando-o dos riscos e males causados à vida de proprietários e trabalhadores rurais.

Conforme apontou Schlosser – desta vez interessada na “sistematização da especialização agrícola e sua degradação socioambiental” –, cabia lembrar que,

os pulverizadores eram equipamentos que possuíam tanques adaptados ao trator. Um desses primeiros modelos adotados usava um sistema, no qual a água do rio circulava, acionando a sucção da água. Com tal sistema, o efeito da contaminação estava, nesse caso, associado ao próprio funcionamento do equipamento e não na imprudência do agricultor. (SCHLOSSER, 2005: 47).

No início do século XXI – décadas após as primeiras percepções das transformações no território rural –, advertências como essas, que em tese expressariam uma ponderação fortemente crítica aos caminhos assumidos, foram incorporadas, inclusive ao vocabulário manejado pelos propagandistas da mecanização na produção rural. Nesse caminho, suas consequências (definidas como efeitos colaterais) foram socializadas nos últimos anos, agora não mais por meio do termo generalizante de “agricultor”, por si só bastante restrito diante

das dimensões do que vivemos na contemporaneidade, mas sim, pelo termo não menos generalizante de “homem” – principalmente frente ao lastro de contaminações presentes nas cidades brasileiras e a tentativa de indicar que não há culpados, em particular, nesse processo de envenenamento e mazelas:

O que o homem fez aqui no Oeste do Paraná é algo que merece uma reflexão mais aprofundada.

Durante duas décadas, 70 e 80, destruimos a mata, destocamos a terra, acabamos com toda água limpa e espalhamos agrotóxicos por toda parte.

Somos a região mais poluída do planeta, sem sombra de dúvidas, e que em menor tempo recebeu a maior carga de agrotóxicos sem nenhuma preocupação com qualquer medida de segurança e proteção.

Passamos duas décadas destruindo tudo, permitindo que os rios fossem assoreados com material altamente poluente e as últimas reservas de mata nativa só não foram destruídas porque a legislação proibiu a tempo.

Graças a entidades como a Itaipu Binacional, que surgiu num momento crucial de devastação, mas que trouxe uma cultura preservacionista, aos poucos os municípios da região foram implantando projetos que, pelo menos, impediram que a destruição continuasse na mesma velocidade.

Conseguimos deter o processo, mas ainda não recuperamos os estragos provocados pelos anos em que reinou o espírito de destruição e conquista de riquezas a qualquer preço.

Desenvolvemos tecnologias que diminuíram a necessidade de compactação do solo, da erosão e do uso de agrotóxicos. Agora precisamos reparar os estragos acumulados (O PRESENTE, 04.06.03: 02).

Mesmo diante das efusivas e multiformes visões delineadas com o teor acima anunciado, não conseguimos pensar em nenhuma imagem mais pretensamente conciliatória que esta. A indefinição do pecador permite a confissão de todos os pecados, como se eles fossem um débito de todos nós (“*destruímos a mata, destocamos a terra, acabamos com toda água limpa e espalhamos agrotóxicos por toda parte*”). Aqui, até mesmo o remorso parece desnecessário, haja vista a suposta existência de uma preocupação e empenho mais relevante e nobre, isto é, a construção do futuro – pois que, “Agora, precisamos reparar os estragos acumulados”.

Uma homilia traduzia nas linhas da matéria jornalística que só não é mais abstrata e generalizante que o suposto que a informa: “passamos duas décadas destruindo tudo”; mas hoje, no presente, “conseguimos deter o processo”. E isso não é tudo! – parece ficar a cargo do grande desfecho consensual a afirmação de que foram superados os “anos em que reinou o espírito de destruição e conquista de riquezas a qualquer preço”.

É alicerçada nessas considerações que emerge a fábula liberal da redenção dos males da terra. Essa narrativa propõe amenizar e aplainar processos dissonantes e conflitivos, indicando-os como composição coletiva de esforços e superação em busca da continuidade da

'modernização'. Para a marcação deste grande evento, não se nega que “ainda não recuperamos os estragos provocados”, o que por si só torna o acontecimento da remissão (relegado ao futuro) ainda mais admirável, tendo em vista os obstáculos a serem superados.

Passadas algumas décadas do evento narrado, lamuriado como marca das décadas de 1970 e 1980, o jornal O Presente – com divulgação impressa em 27 cidades da região, fora a projeção online de suas matérias – traz críticas a esse projeto destruidor, promovendo anúncios de aprendizado com os erros. Entretanto, os usos recentes desses químicos, colocam o Paraná entre as primeiras posições no ranking do país no uso desmedido de agrotóxicos (CASSAL et al., 2014: 438).

Contudo, essa projeção nacional não se apresenta como uma questão a ser problematizada na avaliação histórica apresentada pelo periódico. Talvez, daqui a alguns, projetando uma nova superação do que foi vivido neste início do séc. XXI, o que vivemos hoje seja anunciado como um crime lamentável, mas que a superação virá. Deste modo, esse modelo editorial se atualiza, sugerindo que o processo histórico vivido, envolvendo o uso e manejo de agrotóxicos, seja resumido em um problema ambiental a ser ajustado prospectivamente.

Fora deste script, passemos a enfrentar a experiência encarniçada de um processo histórico ainda mais doloroso do que essa genealogia historicista deixa transparecer. Abandonemos as generalizações expressas nas noções de “agricultores”, de “homem”, ou de “ambiental”, para identificarmos a complexidade dessas relações e práticas, passando pelo 'como' a rádio Difusora do Paraná, dentre outras documentações, registrou a presença de proprietários e trabalhadores rurais que viveram as décadas de 1970 e 1980.

Deixemos de lado a disposição lisonjeira para com a “legislação”, as “entidades como a Itaipu Binacional” e os “governos municipais”. Desviemo-nos do olhar apaziguante lançado para o poder estabelecido para direcioná-lo ao universo de conflito que envolveu e envolve as relações de depredação ambiental no campo, ao menos no que diz respeito ao uso de agrotóxicos na porção Oeste do Paraná.

Quando nos colocamos a investigar o suposto consentimento com as transformações ambientais no campo, vividas no decorrer das décadas de 1970 e 1980, percebemos o quão questionável pode ser essa argumentação na atualidade. Aqui, parece-nos importante não confundir a efetiva depredação com a aprovação social de tal prática.

Que o diga o Sr. Norberto, proprietário rural na localidade de São José do Guaçu, que sugere em sua ação, registrada pela rádio no final da década de 1970, uma das muitas

evidências que nos permitem inferir sobre o esgarçamento (e recusa nada passiva) daquelas relações. Sua atuação insinua que, ao lidar com as atividades rotineiras de sua vida, os impactos da nova dinâmica de produção rural eram contestados em seus aspectos depredatórios, os quais comprometiam seu modo de vida.

Ao voltar de seu trabalho na roça, o agricultor sentiu sede e ingeriu alguns goles de água, por uma abertura na emenda da mangueira. A água procedia de uma vertente localizada dentro de sua área de terras. Verificando o odor e paladar anormal, subiu à fonte verificando a coloração branca e o cheiro forte. Como sua residência também é abastecida pela água daquela vertente, comunicou o ocorrido a sua esposa, que também havia estranhado o forte cheiro que saía das panelas, nas quais estava sendo preparado o almoço. Dentro de um vidro, Norberto colheu amostra de água e apresentou ao delegado, para que seja procedida análise de sua composição, para constatar o tipo de veneno. No levantamento realizado foi colhida uma lata de herbicida. Norberto, ainda na delegacia, passou a sentir-se mal e foi internado no Hospital Marechal Rondon, apresentando sintomas de intoxicação por envenenamento. A polícia deverá abrir inquérito para identificar o responsável. (RÁDIO DIFUSORA, 11.08.79).

O agricultor, detentor de uma pequena propriedade no município de Marechal Cândido Rondon, enfrentava, juntamente com sua família (e provavelmente com outras tantas pessoas que consumiam a água fornecida pelo manancial contaminado), dificuldades decorrentes da simples ingestão e utilização de água no preparo caseiro de alimentos. A identificação do problema surgia de apreciações bastante tangíveis, tais como “odor e paladar anormal”.

A constatação, por sua vez, não nos é dada a conhecer por ter sido fruto da resignação do Sr. Norberto. Pelo contrário, ao assimilar o ocorrido empreendeu um conjunto de ações que desencadeou uma investigação policial assim como provocou a exposição pública do evento e sua divulgação na emissora radiofônica da cidade.

Sua conduta, portanto, indica uma constatação acompanhada de medidas que expressavam uma preocupação saturada na experiência social daquele momento – dizia respeito ao receio de “intoxicação por envenenamento”; que a qualquer suspeita encadeava procedimentos compartilhados dentre aqueles que ao conviver com produtos químicos (fertilizantes, pesticidas etc.) realizam recolhimento de amostras de água (levadas para análises laboratoriais) e procuram socorro médico, para diagnosticar e tratar certos sintomas, insinuadores de prováveis intoxicações.

Neste universo rural, a preocupação latente com a salubridade ambiental se constituía uma constante, onde se tornava comum encontrar latas de herbicidas espalhadas pelo campo.

Aqui, temos o cenário de depredação mencionado no editorial do jornal O Presente de 2003, o qual referenda a imagem da destruição ambiental atribuída a esse período histórico. Entretanto, essa mesma imagem, trazida na notícia radiofônica, revela o interesse em definir e responsabilizar os causadores do ocorrido. Afinal, anunciava-se que a “polícia deverá abrir inquérito para identificar o responsável”.

Quanto a essas buscas por responsabilizações, inclusive criminais, podemos identificar um campo de relações minado pela tensão. Um estado de ânimo que convive com a eminência do conflito, o qual parecia pronto a irromper. Principalmente se avaliarmos que, nesse mesmo momento, noticiava-se a absolvição de um agricultor que havia, há pouco mais de cinco anos, assassinado outro agricultor, um proprietário vizinho, “por causa de inseticida”. Essa nota era divulgada um mês após o momento em que o Sr. Norberto cobrava uma resposta diante da situação que enfrentava em sua propriedade, ou seja, essa pauta não estava apenas na agenda da imprensa, mas impunha ações de quem convivia com os agrotóxicos.

Em 1974, no dia 4 de julho, o agricultor Balduino, residente em Sanga Forquilha [no atual município de Mercedes, antes distrito de Marechal Cândido Rondon] , matou com um tiro de espingarda seu vizinho Olímpio, porque a família deste estava passando veneno no trigal, sem os cuidados necessários, intoxicando, desta forma, seus 7 filhos. A esposa do agricultor pediu ao vizinho que parasse de passar veneno no trigal, pois os filhos já estavam ficando tontos. Segundo os autos do processo, como Oslino, o vizinho, não atendeu ao apelo, a mulher chamou seu marido que foi entender-se, já de posse de uma espingarda calibre 28. Sendo recebido por três membros da família do Sr. Oslino a pauladas, disparou então sua espingarda contra o patriarca da família, vindo, porém, a atingir seu filho Olímpio, que teve morte instantânea. Em reunião do Tribunal do Juri, realizado ontem, o réu Balduino foi absolvido por 4 a 3, após brilhante defesa do advogado Josué, que alegou dupla legítima defesa. Primeiro, ao defender seus filhos e sua família do inseticida que os intoxicava, e segundo, por ter sido agredido a pauladas quando foi pedir para que parassem de passar veneno, muito embora já tivesse se armado de espingarda. (RÁDIO DIFUSORA, 26.09.79).

Como percebemos neste noticiário, as controvérsias a respeito da aplicação intensiva de agrotóxicos na conservação das lavouras se manifestavam de modo fortemente horizontalizado (entre proprietários, inclusive), indagando-nos sobre a presença desse componente nas ações ordinárias desses sujeitos, e não só nos interesses que verticalizam essas relações de classe. Os agricultores (não apenas os pequenos e médios, mas também os grandes produtores) se acusavam de excessos e descuidos. A discussão quanto à observação dos cuidados necessários para se “passar veneno”, fosse no trigal ou na soja – monoculturas

fortemente exploradas no Oeste do Paraná (BURIN e DAVID, 2009) –, ganhava contornos dramáticos quando existiam vítimas ou suspeitas de intoxicação.

Esses sujeitos se enfrentavam. As queixas, não excepcionalmente, culminavam em animosidades, como a que resultou na morte de Olímpio. A qual fora, por fim, relegada à impossibilidade de imputação criminal – haja vista sua caracterização como advento de legítima defesa de seu assassino. Afinal, tratava-se do desfecho de algo que provocara a intoxicação de crianças; a partir de circunstâncias em que homens e mulheres se encontravam indignados com a nocividade das situações a que se viam expostos.

Nesses termos, a comunicação da absolvição de Balduino se apresentou como emblemática, uma vez que as polêmicas acerca do resultado indicaram a divisão de opiniões em torno de uma questão premente, “defender seus filhos e sua família do inseticida que os intoxicava”. Algo passivo de legitimidade, mas extremo e brutal, por matar o produtor rural que dissipava o veneno em seus campos.

Desse modo, tanto quanto é difícil crer na argumentação sobre o consentimento social a respeito da depredação ambiental no campo, parece complicado conceber essas confrontações em um padrão de embates exclusivamente pautado entre pequenos agricultores versus grandes proprietários; ou mesmo do conjunto de proprietários rurais versus as grandes indústrias produtoras e/ou fornecedoras desses agentes químicos, as quais teriam infligido (de forma unilateral) a utilização desses produtos no meio rural brasileiro.

Um entendimento que não implica em assumirmos o nivelamento generalizante da condição de proprietários rurais, tal como nas concepções anteriormente mencionadas – haja vista que não abrimos mão de apontar as distinções e desigualdades entre pequenos, médios e grandes proprietários.

Com esta consideração, o que estamos objetando é o tom demasiadamente estruturalista e determinista de enquadramento analítico, que versa sobre esse universo de relações em algumas análises (BELLO, 2007; PLOEG, 2008). O que procedemos, por meio da apreciação de evidências, foi entender que há uma dinâmica de mudanças ordinárias (complexas e desiguais) sendo produzidas nas relações que constituíram o processo de mecanização no campo, tanto quanto foram fundadas (ou impactadas) pela “modernização rural”. Essa formulação reconhece a simultaneidade desses aspectos.

Nesse terreno, essas vítimas não são sacrossantas – apesar de usufruírem, em muitas circunstâncias, condições desiguais, as quais sempre devem ser consideradas a partir da

relevância que lhes cabe. Mas nesse campo, também os algozes não estão livres das mazelas que eles mesmos criam ou atuam para que sejam instauradas.

Suas atuações, portanto, precisam ser investigadas nos próprios termos em que se definiram. O protagonismo, assim como a potência desses sujeitos, não pode ser ignorado ou relegado a segundo plano, apesar de termos em mente que suas condutas devem ser reconhecidas a partir das pressões que sofreram, tanto quanto das limitações que enfrentaram (KHOURY, 2004).

Uma dinâmica social que, sem dúvida alguma, fez emergir um estado alarmante, mesmo entre o conjunto dos proprietários rurais – ainda que descontada a assimetria entre eles (nas dimensões de terra e na capitalização de suas ações). Algo captado, também, em pesquisas (de análise clínicas e toxicológicas) como a promovida pela Cooperativa Agropecuária de Cascavel. O resultado de exames de sangue dos associados foi divulgado na programação jornalística da Rádio Difusora. Segundo a nota, no que diz respeito à verificação do problema da contaminação por agrotóxicos,

Foi constatado que, numa média, para cada cem agricultores examinados, trinta e cinco estão contaminados com veneno no sangue. Foram 669 as pessoas examinadas entre agricultores, esposas e filhos. E pelo alto grau de toxicidade encontrado os especialistas acreditam na existência de muitas doenças crônicas entre os associados da cooperativa. (RÁDIO DIFUSORA, 10.07.84).

Apesar de pesquisas como essa se apresentarem quase sempre fragmentárias e esparsas, não será uma heresia acadêmica inferir que esta seja uma situação compartilhada por muitos outros agricultores, associados em cooperativas as mais variadas, conforme o padrão de estruturação da produção rural característico à porção Oeste do Paraná, como ganha destaque em algumas obras e pesquisas (MELLOS, 1988).

Essa espécie de manifestação sobre a inserção de pequenos e médios agricultores no intrincado universo agroindustrial indica a própria assimetria das condições expressas na experiência desses proprietários, os quais costumam empregar grande parte dos integrantes familiares em suas atividades de produção. Assim, muito provavelmente, foram esses os sujeitos que rechearam a “média” das amostras “contaminadas com veneno no sangue”.

Ao destacarmos essa problemática, mesmo que a partir do aspecto da utilização intensiva de agrotóxicos na região (referimo-nos a um território delimitado), estamos cientes que ela diz respeito, de modo mais amplo, às visões que são atribuídas às transformações rurais na sociedade brasileira, demarcadas em uma temporalidade que se define a partir do

início da segunda metade do século XX e que vai fragilizando relações de trabalho e de sobrevivência no campo que se faziam costumeiras entre trabalhadores sem terra e seus empregadores (ABRAMOVAY, 1998; FABRINI, 2008; GRAZIANO DA SILVA, 1982; MENDONÇA, 2005; MOTTA e ZARTTH, 2009; MÜLLER, 1989).

Desse modo, insistimos na evidenciação da experiência de exploração vivida por trabalhadores rurais sem propriedade, empregados inclusive por pequenos e médios produtores rurais, ocupados que foram como rendeiros, assalariados e/ou diaristas. A distinção desses sujeitos frente aos proprietários – independentemente de engrossarem as noções de camponeses ou agricultores – precisa dar conta do sentimento amplificado da degradação ambiental, que também responde pelo nome de exploração capitalista.

Tal preocupação tem em mente as imagens de uma distinção que historicamente grita, mesmo aos ouvidos dos que se colocam como surdos na audição das desigualdades firmadas no campo. Esse grito parece exigir a consideração de condições desniveladas, tal como indicou a nota sobre os resultados do relatório de intoxicação na área rural do Paraná, apresentado pela Coordenação da Defesa Sanitária Vegetal, vinculada à Secretária de Agricultura. Esse relatório, publicado em meados da década de 1980, refere-se aos registros de ocorrências de envenenamentos no Estado, sendo divulgados no mesmo momento em que a Cooperativa Agropecuária de Cascavel apresentou a pesquisa sobre a contaminação de proprietários rurais cooperados, os quais foram noticiados da seguinte forma:

A Coordenadoria da Defesa Sanitária Vegetal procedeu a um rigoroso levantamento em todos os quadrantes do Estado, nos quatro primeiros meses deste ano, e constatou que nesse período 13 pessoas perderam a vida e mais 720 se intoxicaram com agrotóxicos. Conforme ainda o levantamento, noventa por cento das intoxicações ocorreram com empregados boias frias, os quais não receberam treinamento adequado ou orientação técnica quanto a periculosidade e o correto uso dos pesticidas (RÁDIO DIFUSORA, 25.06.84).

Diante de documentações como essa, precisamos reconhecer que há algo neste relatório que soa ainda mais dramático – mesmo que estejamos de acordo quanto às dificuldades vividas por aqueles pequenos proprietários, que entre o conjunto de problemas que enfrentavam, também conviviam com a eminência de doenças crônicas, causadas por contaminações advindas do manuseio de agrotóxicos.

Conforme esses números, reconhecia-se que 90% dos que se contaminavam com agrotóxicos no Estado do Paraná não saía do contingente de proprietários rurais (incluindo aí os pequenos proprietários), mas sim dos trabalhadores por eles contratados para realizarem

atividades em suas terras. Aqui, ainda é preciso considerar que mesmo reconhecendo a averiguação da Coordenação da Defesa Sanitária Vegetal como significativa, podemos conjecturar sobre as limitações de sua verificação, uma vez que os casos de intoxicação identificados podem ser bem mais numerosos, pelo simples fato de que muitos outros episódios de envenenamento podem não ter sido comunicados à agência. Afinal, falamos de algo avaliado como resultado de procedimentos inadequados no processo de cultivo, por conseguinte passíveis de penalidades, ou ainda, que muitas vezes demoram a serem avaliados como problemas de saúde.

Muitos trabalhos têm debruçado grande atenção a essa questão, alguns para questionar o efeito dos químicos no meio agrícola, avaliando se “é veneno ou remédio” (PERES e MOREIRA, 2003), outros, principalmente quando vinculados a órgãos do Estado, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA –, restringem-se a destacar a potencialidade de riscos à saúde, omitindo sua posição sobre o uso dos agrotóxicos, indicando apenas a necessidade de prevenções no manuseio, aplicação e atenção aos sintomas de intoxicação (MAGALHÃES et al., 2011). Algo que não atinge a engrenagem desse processo, pois as relações que promovem e pressionam o uso e o próprio ato de contaminar-se com esses químicos não são mencionadas. Os responsabilizados, mais uma vez, são aqueles que não se cuidam e se contaminam.

Em um debate divulgado na Revista Cadernos de Saúde Pública, em 1985, já se encontrava pistas que essa relação no campo, envolvendo o uso e a legislação sobre os agrotóxicos, era mais densa do que apenas cuidados no manuseio. Um dos debatedores, o agrônomo Celso Merola Junger destaca que:

As próprias cooperativas no Paraná - a cooperativa sofreu uma distorção da sua real finalidade; hoje elas são muito mais vendedoras de insumos, inclusive, elas forçavam os profissionais a ficar no escritório fazendo receita, atendendo ao agricultor que ia comprar o produto na sede. Então, o profissional tinha de ficar no escritório, fazendo receita, numa mesa. Muitas vezes forçavam o profissional – e a gente vê aí atrás a pressão do mercado de trabalho sobre esses profissionais – a fazer receita em cima de nota fiscal. Existe uma pressão muito grande desses grupos internacionais, das multinacionais principalmente, que vêm aí apenas um mercado, e, através de técnicas de *marketing* muito aprimoradas, elas pressionam. Qualquer cidade no interior pode ver, no horário nobre da televisão, anúncios e mais anúncios desses produtos da classe I e II sendo veiculados, produtos que só podem ser vendidos com receituário agrônomo. (ALMEDIA; FIÚSA; JUNGER; MAGALHÃES, 1985: 237-238)

Com esse empenho empresarial e direcionamento para o uso dos agrotóxicos é que proprietários arregimentaram trabalhadores, lembrando-os de sua responsabilidade pelos cuidados com o envenenamento. Não raras vezes, esses trabalhadores empregados nas lavouras foram visualizados em condições estarrecedoras, fugindo das tabelas estatísticas e da impessoalidade característica dos levantamentos e perfis de contaminação, onde suas presenças, em muitas ocasiões, impuseram-se às narrativas radiofônicas, tendo em vista o modo como se envolviam nas agruras do novo processo de produção no campo ainda na década de 1970.

As primeiras informações que chegaram ao nosso conhecimento na manhã de hoje, diz respeito ao falecimento do jovem Milton, filho de Fredolino e Dona Milsira, residentes em Vila Cristal, município de Toledo. A morte desse jovem deve-se à ingerência de certa quantidade de veneno, ao trabalhar na lavoura, no serviço de combate às pragas que surgem nesta época. O jovem Milton foi levado às pressas para o hospital em Nova Santa Rosa, quando mais nada era possível fazer para salvá-lo. Seu falecimento deixa consternada a família e amigos que muito o estimavam. Outro jovem, da mesma localidade, que o ajudava no serviço, está também hospitalizado [...]

Novo Sarandi, ainda no município de Toledo, também oferece notícias a esse respeito, pois dois membros da família Becker daquela localidade, Nercy e Décio, estão internados aqui em Marechal Cândido Rondon. Nercy, de aproximadamente 20 anos, e Décio, com aproximadamente 17, trabalhavam ontem no serviço de envenenamento do soja. Um deles, não podemos precisar o qual, foi encontrado caído na lavoura, e o outro também foi recolhido às pressas à casa hospitalar [...]

O agrônomo Argeu, perguntado a respeito pela nossa reportagem, inclusive como técnico da [cooperativa], fala principalmente do descuido, pois o pó nesta época não é recomendado. Disse, com bastante autoridade no assunto, que muitos abusam, fumando durante a execução da tarefa e ingerindo bebidas alcoólicas. Outros vestem a mesma roupa durante vários dias, ou durante a pulverização caminham em meio à densa nuvem de inseticida. (RÁDIO DIFUSORA, 07.02.74).

Esses trabalhadores se viam expostos a ambientes de trabalho bastante modificados. Tentavam ambientar-se às mudanças que se processavam em um curto intervalo de tempo, as quais os pressionavam a alterar atitudes e conhecimentos sobre as atividades que realizavam. Plantar, limpar e colher se tornava atribuições que ofereciam riscos adicionais aos já conhecidos, que começavam a ser percebidos quando se notavam intoxicados pelo crescente volume de veneno manuseado no recente processo de produção rural, ou mais tarde, com doenças e contaminações em um avançar silencioso.

Nesse novo espectro de relações, combater pragas utilizando agrotóxicos se constituiu um serviço que guardava riscos eminentes, sendo que esses trabalhadores passavam a compor

quadros jornalísticos destinados à apresentação de obituários e demais incidentes dramáticos, os quais se tornavam cada vez mais recorrentes: “falecimento do jovem...”; “outro jovem... também hospitalizado”; “estão internados...”; “foi encontrado caído na lavoura...”; “foi recolhido às pressas à casa hospitalar...”.

Notícias de um cenário que se irrompia no horizonte; o qual, não raras vezes, “deixava consternada a família e amigos” dos sujeitos empregados nessas novas tarefas. Um sentimento que era contraposto na notícia radiofônica pela fala do técnico, agrônomo contratado pela cooperativa (a qual passava a contar com um número crescente de proprietários rurais interessados nas benesses incitadas pelas novas práticas de produção – aumento de ganhos e diminuição de custos, incluindo a contratação de trabalhadores – promessas promovidas pelos que se nomeavam “autoridade no assunto”).

A “fala” da autoridade técnica, assim como a que fora destinada aos proprietários envolvidos em eventos ambientais indesejados, insistia (“principalmente”) na retórica do “descuido” e do “abuso”. Em seu favor, contestando as denúncias que eram dirigidas às novas condições de trabalho no campo, argumentava sobre a suposta não recomendação do que fora entusiasmadamente preconizado – mesmo que de uma forma generalizada, é verdade, portanto passível de observações que, por sua inconveniência, foram omitidas em um primeiro e segundo momento, sendo postergadas até a manifestação dos incidentes, quando estes eram apresentados a partir de seus efetivos riscos, os quais não teriam sido respeitados.

Tendo em vista esta pauta, recorreu-se a imagem usual do trabalhador rural indolente, pouco afeito às recomendações de adequada postura no trabalho. Conforme tal enquadramento, esses sujeitos (que enquanto trabalhavam não deixavam de fumar e beber, além de se apresentarem invariavelmente sujos e maltrapilhos) ainda se revelam bastante obtusos, inclusive por não se desviarem do ar carregado de agrotóxicos que o submergiam – e tanto mal lhes causavam.

Essa espécie de indiferença e incompreensão com o novo ambiente de trabalho (e não aos riscos inerentes à aplicação de veneno nas lavouras) era anunciada como responsável pelos tristes acontecimentos que os vitimavam. Nesse enredo, aparecem na notícia como afetados por sua própria ignorância, e não por sua condicionalidade de classe, expressa na necessidade do trabalho, mesmo que nestas circunstâncias de temeridade, amplamente reconhecidas.

O trabalho de Langer (2012), discutindo a escolarização no campo, traz a trajetória de Nilson. Um trabalhador que em meio a suas lides no campo na década de 1970 deixou os

estudos ainda muito cedo. Em sua narrativa sugeriu como enfrentou os agrotóxicos ao longo de suas decisões por trabalho, indicando durante a conversa com a pesquisadora o seguinte percurso:

nunca nunca me faltô emprego, até sobrando, porque a turma queria demais. Até naquela época que eu parei com o [patrão proprietário] [...], eu não não parei, que ele vendeu as terra aqui e ia pra Bahia [1979] e daí eu desisti porque não podia mais passá veneno e coisa, já tava intoxicado, cinco vez. Daí fiquemo morando aqui e eles foram, foram, mal lê e tudo, e daí tinha ido pro Mato Grosso colhê soja lá, com a ceifa deles né? Daí fiquei 4 mês lá, daí quando tinha voltado, tava tudo encaminhado, pronto pra ir puxá leite. (Nilson, 2012 apud LANGER, 2012: 40).

Na narrativa de Nilson ele destaca que mesmo com a falta de escolarização formal nunca lhe faltou emprego, destacando, inclusive, o quanto era disputado na preferência entre os patrões. Porém, o trabalho ao qual se dedicava, e não faltava patrão, era arriscado e exigia certa disposição. Mas, mesmo antes do proprietário vender as terras em 1979 ele já havia 'desistido' desse trabalho. Em sua avaliação já reconhecia não poder conviver com o trabalho de 'passar' o veneno, pois eram recorrentes suas intoxicações e, talvez, em algum momento ele poderia não melhorar mais.

Por isso, tentar outras empreitadas, mesmo que temporárias, indo para longe da família, deslocando-se para o Mato Grosso para fazer a colheita do soja, foi a renda mais rápida que Nilson encontrou. Para retornar à cidade, a condição de 'leiteiro' foi acertada, construída com conhecidos, procurando não voltar a lidar com venenos no avançar da década de 1980 em diante. O trabalhador não precisou das cartilhas e dos anúncios efusivos da imprensa anunciadora do bom manuseio para entender o que lhe causava mal e quais sintomas indicavam intoxicação. Ao vivenciar tais situações procurou construir um distanciamento dessa prática, por isso alterou o modo como poderia trabalhar e sobreviver no campo, sem lidar diretamente com esses venenos.

Se há algo que, nesta problemática, aproxima claramente pequenos proprietários e trabalhadores rurais sem terra é essa responsabilização por “descuidos” e “abusos” ao lidarem com os agrotóxicos empregados nas monoculturas que compõem as atividades agroindustriais. Esses sujeitos, ao conviverem com a energia voraz dessas emergentes atividades capitalistas, tiveram seus descontentamentos quase sempre desautorizados. Suas consternações, mesmo que vividas de posições sociais distintas, foram, diante das mínimas objeções, invariavelmente questionadas.

Fora a sujeição a esses grandes negociantes (entendendo essa subjugação em intensidades bastante variadas), supor qualquer outra identificação mecânica entre esses sujeitos, o que por vezes fica indicado na noção ampliada de trabalhadores rurais, pode não passar de uma mera abstração. Por mais que entendamos o interesse político em associar esses diversos e desiguais sujeitos, vemos aí a possibilidade de confrontação de interesses que deveriam ser tomados como antagonísticos aos dos grandes proprietários rurais e dos operados com os conglomerados agroindustriais.

Ainda assim, algumas análises produzidas sobre experiências em vilas rurais no Paraná, constituídas enquanto ajustes estatais na década de 1990, frente à expulsão de trabalhadores do campo, apresentam indícios que problematizam em parte a distância do agronegócio e dos agrotóxicos do universo dos trabalhadores. Nos estudos feitos sobre a Vila Rural Santa Clara em Marechal Cândido Rondon (FACCIONI et al, 2010) e a Vila São Francisco em Toledo (IPARDES, 2005) os autores sugerem aproximações desses sujeitos com a assistência técnica empresarial e com projetos de inclusão em empreendimentos agroindustriais da região.

Nessa direção, essas produções apresentam índices significativos sobre a contaminação desses trabalhadores com agrotóxicos tanto com envenenamentos causados em trabalhos exercidos para terceiros como em seus lotes de terra na vila rural. Tudo isso, no mínimo, coloca dúvidas sobre o quanto, mesmo em pequenas porções produtivas e com baixo orçamento para investimentos, a presença desses químicos não se faça uma prática corrente ao lidar com a ineficiente (quando não ausente) barreira legal contra a possibilidade de contaminação com as aplicações de agrotóxicos nas monoculturas que permeiam as terras do Oeste. Do mesmo modo, o impulso que recebem da assistência técnica e agroindústrias para dinamizarem pequenas produções com o uso desses produtos faz parte do controverso modo de permanecerem no campo.

Os campos pulverizados não deixam apenas marcas na produção e no que exala, mas fundamentalmente, atingem cada vez mais um número maior daqueles que trabalham, ou lidam com produtos e plantações, ou consomem alimentos contaminados; expandindo seu lastro ao atingir fontes de água, ou aqueles que residem nas proximidades, como vimos ao longo do texto. Essas mudanças no manejo agrícola não foram trâmites que ficaram na segunda metade do séc. XX, caracterizando a intensificação de um projeto para as relações de produção no campo.

Recentemente fizemos uma entrevista com Fábio, um jovem trabalhador rural que mora com os pais e a esposa em uma casa cedida pelo patrão, em uma das propriedades dentre as que trabalham. Em meados da década de 1990, Fábio, ainda criança, iniciava suas atividades como trabalhador rural, partilhando tarefas com o pai. Em sua narrativa ele dimensiona essa passagem de tempo, falando de sua trajetória e como avaliava a prática de outros trabalhadores; dentre eles as ações de seu pai, convivendo com esse processo de uso de agrotóxicos (desde seu início na região à sua intensificação no presente).

Durante a nossa conversa, realizada em abril de 2013, essa questão apareceu do seguinte modo:

Pesquisador: Você falou um pouco dos venenos, como é que é isso, desde pequeno você vê lidando com o veneno... convivendo com ele por perto. Vocês têm receio? Já teve alguma vez que se intoxicou com isso, ficou sabendo de alguém? Como é que é hoje... pensando nisso que mudou... de sofisticado... se isso melhorou, ou piorou mais ainda, [com] o uso dos agrotóxicos?

Fábio: Eu... nós lá, do pessoal que trabalha com nós até hoje graças a Deus ninguém se intoxicou, até... a parte pior do veneno é quando você vai fazer o tratamento das sementes, que aí você joga a semente dentro de um tambor e joga o veneno lá dentro e fica mexendo pra fazê o tratamento contra bicharedos e coisa. Esse veneno é complicado, é um veneno muito forte, eu tenho colegas meus que trabalhavam com a lavoura... que, no mínimo, por um descuido, ou por não usar luva ou máscara se intoxicaram, ficaram muito mal... de ficar três, quatro dias internado por causa que o veneno é complicado. Como hoje... lá... até hoje nem... porque... quem passa o veneno lá é o meu pai... agora que tem... no ano passado o meu patrão comprou um... na gíria popular é conhecido como gafanhoto, um daqueles pulverizadores grandes e coisa. Com um desse tipo você passa muito mais do que com os outros. Então é só o meu pai que passa veneno e pra ele a coisa que ele adora fazer é passá veneno. Só que ele não se cuida, ele não usa luva, não usa máscara e não tem jeito de colocar na cabeça dele pra ele usar, ele acha que não. Até hoje nunca se intoxicou e, geralmente... uma vez por ano ou cada dois anos, ele faz exame de sangue, tudo, pra vê, e até hoje ele nunca se intoxicou. Mas assim, a gente sabe de muitas pessoas que se intoxicaram, mas mesmo assim acabam relaxando, acabam não se cuidando. É muita coisa que não dá errado por sorte. (FÁBIO, 2013).

Mesmo que o pai não use os equipamentos e faça os exames para acompanhar as possíveis intoxicações, ambos sabem do campo de possibilidades com o qual lidam ao trabalharem com veneno – pois têm notícias dos envenenamentos, internações e problemas que muitos trabalhadores enfrentam ao manusearem os produtos químicos em longo prazo. Talvez, esse seja um dos motivos para que o pai não permita Fábio ‘passar veneno’. Gostar tanto desse trabalho pode fazer parte desse cuidado familiar, já que, às vezes, seu pai até divide essa tarefa com outros trabalhadores contratados, mas não com o filho.

Os novos equipamentos, como o chamado "gafanhoto", que auxiliam na dinamização do produto nas lavouras, também intensificam a proporcionalidade de contaminação, reforçando o entendimento de que essa discussão não se encerra com narrativas de um período anterior de enfrentamento desses produtos. A sofisticação dessas relações de trabalho (que aumentam o contágio na proporção que pulverizam mais áreas) e de suas mazelas perante os trabalhadores e todos aqueles que possuem contato com o veneno em suas diferentes dimensões, exige que olhemos com mais cuidado para o que, às vezes, os índices de contágio ainda não conseguiram formular como registro, assim como os laudos médicos ainda não identificaram como doenças diretamente vinculadas ao convívio e presença de agrotóxicos, seja por limites de diagnóstico, seja pelos interesses que estão em jogo. As mortes e sequelas dessa prática aguardam confirmações legais para o que se experimenta socialmente enquanto sua presença diária.

O melhoramento de equipamentos difusores e o uso de químicos cada vez mais fortes, como sinônimos de eficiência e modernidade no mercado do agronegócio, só indicam o quanto problematizar a abrangência de seus males se coloca como um enfrentamento urgente e necessário, o qual vem sendo questionado em pautas de pesquisas, fóruns e movimentos sociais. Mas esse combate não se estanca na bandeira da defesa ambiental; ele reforça a compreensão de que essa luta é contra certa exploração capitalista que engendra um roteiro de privilegiamentos por meio de intoxicações, destacando dentre elas a prática agressiva e, muitas vezes, gradual, de contaminar trabalhadores com desiguais forças para combater tais investimentos e projetos, que têm o seu modo de viver e trabalhar alterados nos últimos 50 anos.

Mais do que a sorte, anunciada por Fábio, ao não encontrar meios de justificar a imprevisibilidade de contágio a qual seu pai se 'sobrevive', a ambiguidade dessa relação precisa ser situada nos termos que estabelecem o tênue convívio com o veneno no tempo presente – ora permanecendo 'ileso', ora sucumbindo à sua força de destruição. Uma reflexão em que precisamos nos posicionar sobre esse pêndulo perverso das relações de poder, que mantém o uso desmedido de agrotóxicos em alta, apesar da materialidade de sua ação devastadora.

Referência Bibliográfica

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2º ed. São Paulo – Campinas: HUCITEC/Editora da Unicamp, 1998.

ALMEDIA, Waldemar F.; FIÚSA, José; JUNGER, Celso M.; MAGALHÃES, Cláudio M. Agrotóxicos. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 220-249, abr./jun. 1985.

BELLO, Walden. Os pequenos camponeses lutam contra os paradigmas modernos obsoletos. *América Latina en Movimiento*, 27 jul. de 2007. Acesso em 25 de março de 2014. Disponível em: <<http://alainet.org/active/18832&lang=es>>.

BURIN, Jane C.; DAVID, César de. Territorialidades da agricultura familiar em Marechal Cândido Rondon, PR. *Geografia: Ensino & Pesquisa*. Santa Maria, vol. 13, n. 2, 2009, p. 94-101.

CARVALHO, Horácio M.; COSTA, Francisco A. Agricultura Camponesa. In: Roseli Salette Caldart et al (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 28-34.

CASSAL, Vivian B. et. al. *Agrotóxicos: uma revisão de suas consequências para a saúde pública*. REGET, Santa Maria, v. 18, n. 1, p. 437-445, abr. 2014.

COSMANN, Natássia J.; DRUNKLER, Deisy Alessandra. Agrotóxicos utilizados nas culturas de milho e soja em Cascavel-PR. *Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia*. Universidade Federal Tecnológica do Paraná. Medianeira, vol. 02, nº. 6, 2012, p. 15-32.

FACCIONI, Rodrigo et al. Diagnóstico sócio-econômico da Vila Rural Santa Clara no município de Marechal Cândido Rondon – PR. *Cultivando o Saber*, Cascavel, v.3, n.3, p.85-98, 2010.

FABRINI, João. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: Eliane Tomiasi Paulino, João Edmilson Fabrini (Orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular; UNESP/Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p.239-271.

FERREIRA, A.P. et al. Impactos de pesticidas na atividade microbiana do solo e sobre a saúde dos agricultores. *Revista Baiana de Saúde Pública*. V. 30, n.2, 2006, p.309-321.

FREITAS, Sheille Soares de. Em pauta, as disputas sociais na cidade: notas sobre imprensa e memória em Uberlândia. In: Fabiana de Souza Fredrigo et al (Org.) *Escritas da história: política, identidades e imaginários*. Goiânia: Ed. UCG, 2009, p. 209-227.

_____; SANTOS, Carlos M. de S. Entre colonos e trabalhadores: produção rendeira e assalariamento no Oeste do Paraná - segunda metade do século XX e início do século XXI. *Escritas*. Araguaína, 2014a. Em submissão.

_____ ; SANTOS, Carlos M. de S. *Trabalhadores rurais e senhores de terra: nos campos da agroindustrialização no Oeste do Paraná na segunda metade do século XX e início do século XXI*. Antíteses, Londrina, 2014b. No prelo.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa – estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: Déa Ribeiro Fenelon et al (Org.) *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 116-138.

LANGER, Denise. *Entre cartilhas e roçado: a escolarização como pauta na vida de trabalhadores e proprietários (Marechal Cândido Rondon-PR, 1960-1980)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras. UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2012.

LONDRES, Flávia. *Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2011.

MAGALHÃES, Andrea F. A. et al. *Cartilha sobre agrotóxicos*. Brasília: ANVISA. 2011. Série Trilhas do Campo.

MARINHO, A. M. C. P. et al. Dimensão socioambiental em área de agronegócio: a complexa teia de riscos, incertezas e vulnerabilidades. In: _____. *Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE*. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 166-214.

_____. *Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe-Ce: o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente*. 245f. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

MELLOS, Erasto C. *Mercantilização da produção agrícola regional e o Estado na dinâmica da acumulação de capital e expansão das cooperativas agropecuárias singulares: o caso do extremo-oeste paranaense*. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1988.

MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil*. História & Perspectivas. Uberlândia, nº. 32/33, p. 93-134, jan. jun./jul. dez. 2005.

MOTTA, Márcia.; ZARTTH, Paulo. Introdução. In: Márcia Motta, Paulo Zartth (Orgs.) *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009, p. 23-27.

MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1989.

OBBERG, Kalervo; JABINE, Thomas. *Toledo: Um município da fronteira Oeste do Paraná*. Rio de Janeiro: Edições SSR – Estudos N°. 3, 1960.

PERES, Frederico; MOREIRA, Josino C. (Org.). *É Veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

PELAEZ, Victor et. al. *A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente*. Revista de Economia, Curitiba, v.36, n. 1, p. 27-48, jan./abr. 2010.

PLOEG, J. D. V. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

SCHLOSSER, Marli S. *Nas ondas do rádio: a visualização da modernização agrícola no Oeste do Paraná (1960-1980)*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2001

_____.; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. *Os efeitos da especialização na degradação sócio-ambiental: novas formas de organização da produção*. Boletim de Geografia, n°. 23(1), 2005, p.39-64.

SCHMIDT, M. L. G., GODINHO, P. H. *Um breve estudo acerca do cotidiano do trabalho de produtores rurais: intoxicações por agrotóxicos e subnotificação*. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. São Paulo: v. 31, n. 113, 2006, p. 27-40.

Fontes

AGRICULTORES ameaçados pelos tóxicos em nossa região. *Rádio Difusora*. Marechal Cândido Rondon, 10 de julho de 1984.

AGRICULTOR bebeu água contaminada. *Rádio Difusora*. Marechal Cândido Rondon, 11 de agosto de 1979.

AGRICULTOR que matou vizinho por causa de inseticida foi absolvido. *Rádio Difusora*. Marechal Cândido Rondon, 26 de setembro de 1979.

BOIAS frias, os mais prejudicados pelos agrotóxicos. *Rádio Difusora*. Marechal Cândido Rondon, 25 de junho de 1984.

COMEÇOU a poluição dos arroios. *Rádio Difusora*. Marechal Cândido Rondon, 31 de janeiro de 1973.

DIZIMADOS peixes de 3 rios... uma morte... gravíssima a situação em Santa Helena. *Rádio Difusora*. Marechal Cândido Rondon, 08 de janeiro de 1979.

ENVENENAMENTO das lavouras está fazendo vítimas. *Rádio Difusora*. Marechal Cândido Rondon, 07 de fevereiro de 1974.

FÁBIO (pseudônimo). Entrevista realizada pelos autores em Marechal Cândido Rondon-PR. 2013. Fábio é trabalhador rural e em abril de 2013 estava com 22 anos, residia em casa na área rural do município, cedida pelo patrão.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Desenvolvimento local e estratégias familiares em vilas rurais selecionadas: resultados da pesquisa de campo*. Relatório final. Curitiba: IPARDES, 2005.

LIXO agrotóxico. *O Presente*. Marechal Cândido Rondon, 04 de junho de 2003, p. 2.

POLUIÇÃO das águas por veneno. *Rádio Difusora*. Marechal Cândido Rondon, 23 de dezembro de 1976.

www.adapar.pr.gov.br (Legislação sobre agrotóxicos)

Data de recebimento: 30/08/2014

Data de aceite: 12/11/2014